

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2019
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupça e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.114.879	1.062.882	CIRCULANTE	753.605	749.984
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.454	3.780	DEPÓSITOS (NOTA 12)	270.418	203.811
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	123.737	-	Depósitos à Vista	174.967	147.590
Carteira Própria	123.737	-	Depósitos Interfinanceiros	89.454	51.332
			Depósitos a Prazo	5.997	4.889
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.077	322.561	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	404.024	469.025
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	7	Repasse Interfinanceiros	404.024	469.025
Correspondentes no país	293	65			
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	92.784	322.489	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.185	1.138
			Recursos em Trânsito de Terceiros	1.185	1.138
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 08)	854.496	706.727			
Operações de Crédito	892.953	747.114	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	23.380	31.747
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(38.457)	(40.387)	Empréstimos País - Outras Instituições	23.380	31.747
OUTROS CRÉDITOS	33.793	25.832	OUTRAS OBRIGAÇÕES	54.598	44.263
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 07)	396	879	Cobrança e Arrecadação de Tributos	306	294
Rendas a Receber	2.303	2.547	Sociais e Estatutárias	11.546	9.380
Diversos (NOTA 07 e 08)	31.896	23.692	Fiscais e Previdenciárias	1.002	1.349
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(802)	(1.286)	Diversas (NOTA 15)	41.744	33.240
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	4.322	3.982			
Outros Valores e Bens	10.222	4.423			
(Provisão para desvalorização)	(5.913)	(449)			
Despesas Antecipadas	13	8			
NÃO CIRCULANTE	466.034	275.190	NÃO CIRCULANTE	496.604	329.518
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	466.034	275.190	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	496.604	329.518
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	69.642	1.062	DEPÓSITOS (NOTA 12)	244.147	202.680
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	69.642	1.062	Depósitos a Prazo	244.147	202.680
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	331.027	219.827	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	244.510	103.675
Operações de Crédito	354.749	238.243	Repasse Interfinanceiros	244.510	103.675
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(23.722)	(18.416)			
OUTROS CRÉDITOS	348	1.642	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	7.947	23.163
Diversos (NOTA 07 e 08)	494	1.785	Empréstimos País - Outras Instituições	7.947	23.163
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(146)	(143)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	34.700	27.881	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.704	258.570
Outros Investimentos	34.700	27.881	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	142.864	119.904
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	25.677	19.549	De Domiciliados no País	143.453	120.225
Imóveis de Uso	7.987	8.414	(Capital a Realizar)	(589)	(321)
Outras Imobilizações de Uso	26.172	18.497			
(Depreciação acumulada)	(8.482)	(7.362)	RESERVAS DE SOBRAS	165.431	124.988
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.640	5.229	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.409	13.678
Outros Ativos Intangíveis	11.166	10.556			
(Amortização acumulada)	(6.526)	(5.327)			
TOTAL DO ATIVO	1.580.913	1.338.072	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.580.913	1.338.072

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	90.396	-	90.396	173.282	3	173.285	142.830	-	142.830
Operações de Crédito	89.253	-	89.253	172.105	3	172.108	142.776	-	142.776
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.143	-	1.143	1.177	-	1.177	52	-	52
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(41.294)	(120)	(41.414)	(72.255)	(274)	(72.529)	(78.002)	(427)	(78.429)
Operações de Captação no Mercado	(8.181)	(27)	(8.208)	(16.035)	(51)	(16.086)	(12.995)	(46)	(13.041)
Operações de Empréstimos e Repasses	(18.603)	(93)	(18.696)	(38.755)	(223)	(38.978)	(41.208)	(381)	(41.589)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.510)	-	(14.510)	(17.465)	-	(17.465)	(23.799)	-	(23.799)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.102	(120)	48.982	101.027	(271)	100.756	64.828	(427)	64.401
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.589)	5.693	(10.896)	(26.095)	10.730	(15.365)	(19.028)	9.943	(9.085)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.700	8.833	14.533	11.569	17.077	28.646	9.734	15.462	25.196
Rendas de Tarifas Bancárias	4.400	-	4.400	8.411	-	8.411	6.922	-	6.922
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.622)	(1.225)	(15.847)	(27.954)	(2.347)	(30.301)	(25.392)	(2.250)	(27.642)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(11.452)	(1.112)	(12.564)	(22.437)	(2.115)	(24.552)	(18.957)	(2.048)	(21.005)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(30)	(410)	(440)	(88)	(798)	(886)	(73)	(715)	(788)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	11.173	193	11.366	26.251	36	26.287	29.774	712	30.486
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(11.758)	(586)	(12.344)	(21.847)	(1.123)	(22.970)	(21.036)	(1.218)	(22.254)
RESULTADO OPERACIONAL	32.513	5.573	38.086	74.932	10.459	85.391	45.800	9.516	55.316
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.683)	(266)	(2.949)	(5.444)	(171)	(5.615)	(48)	92	44
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	29.830	5.307	35.137	69.488	10.288	79.776	45.752	9.608	55.360
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	702	702	-	(680)	(680)	-	14	14
Provisão para Imposto de Renda	-	445	445	-	(411)	(411)	-	25	25
Provisão para Contribuição Social	-	257	257	-	(269)	(269)	-	(11)	(11)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.966)	-	(2.966)	(5.362)	-	(5.362)	(4.524)	-	(4.524)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	26.864	6.009	32.873	64.126	9.608	73.734	41.228	9.622	50.850
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	9.608	(9.608)	-	9.622	(9.622)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	26.864	6.009	32.873	73.734	-	73.734	50.850	-	50.850
DESTINAÇÕES	-	-	-	(51.325)	-	(51.325)	(37.172)	-	(37.172)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.681)	-	(7.681)	(7.035)	-	(7.035)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.201)	-	(3.201)	(1.954)	-	(1.954)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(38.416)	-	(38.416)	(23.448)	-	(23.448)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.027)	-	(2.027)	(4.735)	-	(4.735)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	22.409	-	22.409	13.678	-	13.678

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu

CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	106.522	96.805	11.339	214.666
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(11.144)	(11.144)
Outras destinações	-	-	(195)	(195)
Capital de associados				
Aumento de capital	13.491	-	-	13.491
Baixas de capital	(6.601)	-	-	(6.601)
Resultado do período	-	-	50.850	50.850
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.954)	(1.954)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.448	(23.448)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.492	-	(7.035)	(543)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.735	(4.735)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	119.904	124.988	13.678	258.570
Mutações do Período	13.382	28.183	2.339	43.904
Saldos no início do período em 01/01/2019	119.904	124.988	13.678	258.570
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(13.526)	(13.526)
Outras destinações	-	-	(152)	(152)
Capital de associados				
Aumento de capital	22.011	-	-	22.011
Baixas de capital	(6.161)	-	-	(6.161)
Resultado do período	-	-	73.734	73.734
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.201)	(3.201)
Reserva Legal - Estatutária	-	38.416	(38.416)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.110	-	(7.681)	(571)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.027	(2.027)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	142.864	165.431	22.409	330.704
Mutações do Período	22.960	40.443	8.731	72.134
Saldos no início do período em 01/07/2019	124.714	124.988	40.861	290.563
Capital de associados				
Aumento de capital	13.737	-	-	13.737
Baixas de capital	(2.697)	-	-	(2.697)
Resultado do período	-	-	32.873	32.873
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.201)	(3.201)
Reserva Legal - Estatutária	-	38.416	(38.416)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.110	-	(7.681)	(571)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.027	(2.027)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	142.864	165.431	22.409	330.704
Mutações do Período	18.150	40.443	(18.452)	40.141

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	43.086	82.520	60.092
Resultado do semestre/exercício	32.873	73.734	50.850
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.213	8.786	9.242
Provisão para operações de crédito	9.267	3.377	8.581
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.665	5.464	(143)
Reversão para desvalorização de outros créditos	(41)	(482)	(248)
Depreciação do imobilizado de uso	934	1.828	1.687
Amortização do intangível	627	1.199	1.071
Baixas do ativo permanente	56	547	250
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	30	(54)	(33)
Destinações ao FATES	(3.201)	(3.201)	(1.954)
Dividendos SicrediPar	(124)	108	31
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(213.944)	(296.220)	69.262
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(68.246)	(68.580)	(352)
Redução em títulos e valores mobiliários	(123.737)	(123.737)	-
Aumento em relações interfinanceiras ativas	3.400	7	1
Aumento em créditos vinculados	-	-	688
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	63	(230)	(5)
Redução em operações de crédito	(165.406)	(262.345)	(197.579)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	142.304	75.835	140.046
Redução em outros créditos	(4.869)	(6.293)	(5.020)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.960)	(5.804)	266
Aumento (Redução) em depósitos	(1.686)	108.074	132.365
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(312)	46	186
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(3.825)	(23.583)	(10.807)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(824)	(2.172)	(1.402)
Aumento em outras obrigações	11.154	12.562	10.875
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(170.858)	(213.700)	129.354
Aquisição de Investimentos	(6.819)	(6.819)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.737)	(8.503)	(8.708)
Aplicações no Intangível	(201)	(610)	(2.069)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(12.757)	(15.932)	(10.777)
Integralização de capital	13.737	22.011	13.491
Baixa de capital	(2.697)	(6.161)	(6.601)
Juros ao capital próprio	(570)	(571)	(543)
Distribuição de Sobras	-	(13.678)	(11.339)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	10.470	1.601	(4.992)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(173.145)	(228.031)	113.585
Caixa e equivalente de caixa no início do período	271.383	326.269	212.684
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	98.238	98.238	326.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/03/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	5.454	3.780
Caixa	5.454	3.780
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	92.784	322.489
Total	98.238	326.269

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	69.642	1.062
DI entre Banco e Cooperativas	69.642	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.062
Total não circulante	69.642	1.062

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos Multimercado (i)	123.737	-
Total circulante	123.737	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	183.019	72.410	255.429	219.790
Financiamentos	132.323	106.116	238.439	121.630
Financiamentos rurais e agroindustriais	577.611	176.223	753.834	643.937
Carteira total	892.953	354.749	1.247.702	985.357

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	396	-	396	879
Devedores por compra de valores e bens	294	485	779	2.993
Títulos e créditos a receber (i)	26.244	9	26.253	18.186
Total	26.934	494	27.428	22.058

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	425	-	-
Nível A	0,50	299.153	206.500	1.496	1.033
Nível B	1,00	562.040	440.978	5.620	4.410
Nível C	3,00	301.172	257.506	9.035	7.724
Nível D	10,00	33.895	44.527	3.389	4.453
Nível E	30,00	35.089	8.599	10.527	2.580
Nível F	50,00	16.753	9.725	8.376	4.863
Nível G	70,00	7.814	13.286	5.470	9.300
Nível H	100,00	19.214	25.869	19.214	25.869
Total (i)		1.275.130	1.007.415	63.127	60.232

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	11.408	66.145	168.081	107.721	353.355	256.384
Rural	1.119	49.354	527.138	176.223	753.834	643.937
Industrial	20	707	2.362	2.840	5.929	5.010
Comércio	1.009	23.372	37.926	41.878	104.185	66.157
Outros Serviços	809	12.175	18.262	26.581	57.827	35.927
Total	14.365	151.753	753.769	355.243	1.275.130	1.007.415

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	111.311	8,73	97.153	9,64
50 devedores seguintes	234.948	18,43	203.134	20,16
100 devedores seguintes	230.891	18,11	208.307	20,68
Demais	697.980	54,73	498.821	49,52
Total	1.275.130	100	1.007.415	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	60.232	51.899
Constituição de provisão	17.465	23.799
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.570)	(15.466)
Saldo final	63.127	60.232

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7.262 (2018 - R\$ 6.693), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 62.403 (2018 - R\$ 56.755).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	65	104
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.856	2.221
Devedores por compra de valores e bens	294	1.210
Devedores por depósitos em garantia	878	636
Impostos e contribuições a compensar	244	662
Títulos e créditos a receber (ii)	26.244	18.184
Cotas de consórcio	29	131
Operações com cartões	415	400
Pendências a regularizar	313	62
Outros	558	82
Total Circulante	31.896	23.692

Devedores por compra de valores e bens	485	1.783
Títulos e créditos a receber (ii)	9	2
Total não circulante	494	1.785

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	10.222	4.423
Imóveis	10.222	3.792
Veículos e afins	-	65
Bens em regime especial	-	566
Despesas antecipadas	13	8
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(5.913)	(449)
Total Circulante	4.322	3.982

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 5.913 (2018 - R\$ 449) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	15.338	13.566
Sicredi Participações S.A.	19.360	14.313
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	34.700	27.881

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	7.935.589 ON	4.648.673 ON	2	2	15.338.704	13.565.696
	16.470.318 PN	9.664.723 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,32%	1,63%	1,24%	1,24%	12,16%	11,55%
Capital social	969.491	880.597	164	164	126.127	117.452
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	131.820	123.287
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	764	163

Valor do investimento	19.360	14.313	2	2	15.338	13.566
-----------------------	--------	--------	---	---	--------	--------

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	34.159	(8.482)	25.677	19.549
Imobilizações em curso	-	11.014	-	11.014	7.538
Terrenos	-	1.505	-	1.505	1.955
Edificações	4%	6.482	(1.545)	4.937	5.181
Instalações	10%	3.059	(1.568)	1.491	943
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.596	(2.014)	3.582	1.785
Sistema de comunicação	10%	136	(49)	87	73
Sistema de processamento de dados	20%	5.341	(2.969)	2.372	1.599
Sistema de segurança	10%	505	(180)	325	144
Sistema de transporte	20%	521	(157)	364	331
Intangível (i)		11.166	(6.526)	4.640	5.229
Investimentos Confederação		11.166	(6.526)	4.640	5.229
Total		45.325	(15.008)	30.317	24.778

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	174.967	-	-	174.967	147.590
Depósitos Interfinanceiros	18.213	71.241	-	89.454	51.332
Depósitos a prazo	5.449	548	244.147	250.144	207.569
Total	198.629	71.789	244.147	514.565	406.491

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	390.569	463.400
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	390.569	463.400
Outros Recursos	13.455	5.625
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	13.455	5.625
Total circulante	404.024	469.025
Recursos do Crédito Rural	244.510	103.675
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	244.510	103.675
Total não circulante	244.510	103.675

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 30/05/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	23.380	31.747
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	-	8.056
Outras instituições	23.380	23.691
Total circulante	23.380	31.747
Empréstimos no País - outras instituições	7.947	23.163
Outras instituições	7.947	23.163
Total não circulante	7.947	23.163

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	11	9
Provisão para pagamentos a efetuar	2.933	2.606
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	385	439
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	9.159	9.317
Pendências a regularizar	41	77
Operações com cartões	25.783	18.281
Demais fornecedores	1.194	818
Credores diversos	2.238	1.693
Total circulante	41.744	33.240

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	90	31	-	121
Cível	349	101	(186)	264
Total	439	132	(186)	385

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	121	90
Cível	Provável	264	349
Total		385	439

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 170; R\$ 1.796; R\$ 442 (2018 - R\$ 254, R\$ 299 e R\$ 402), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	142.864	119.904
Total de associados	36.129	31.747

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 22.960 (2018 – R\$ 13.382), sendo R\$ 7.110 (2018 – R\$6.492 via integralização de resultados e R\$ 22.011 (2018 – R\$13.491), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.161 (2018 – R\$ 6.601).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,12% em Conta capital, no montante de R\$ 7.681, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	74.414	50.836
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(29.766)	(21.351)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	24	16
Provisão resgate de milhas cartão	(13)	(49)
Brindes e Doações	(18)	(16)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(17)	86
Receita com atos cooperativos	25.650	17.316
Juros sobre capital próprio	3.072	2.955
Prejuízo fiscal	312	289
Lucros e dividendos	50	97
Outros	25	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	648
Subtotal	29.086	21.365
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(680)	14

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	69.642	1.062
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	123.737	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	92.784	322.489
Outros Créditos - Rendas a receber	2.005	1.851
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.115	485
Investimentos (Nota 10)	34.700	27.881
Intangível (Nota 11)	4.640	5.229
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	8.202	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	648.534	572.700
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	31.327	54.910
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	25.478	17.185
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.176	52
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.176	10.113
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	16.905	21.011
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	351	60
Operações de Empréstimos e Repasses	38.978	41.589
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	3.727	3.252
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	10.798	9.536

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	114	0,07%	155
Depósitos a prazo	161	0,06%	282
Operações de crédito	3.811	0,31%	3.773

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.142	3.011

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	687	890
Despesa de aluguéis	1.803	1.471
Despesa de comunicação	901	983
Despesa de manutenção e conservação	1.545	1.224
Despesa de material	446	413
Despesa processamento dados	673	436
Despesa de promoções e relações públicas	2.805	2.334
Despesa de propaganda e publicidade	403	160
Despesa de seguro	40	53
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.466	1.558
Despesa de serviços de terceiros	708	589
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.222	1.124
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.199	1.179
Despesa de serviços de transportes	2.389	1.916
Despesa de viagem	551	451
Despesa de depreciação e amortização	1.828	1.686
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.199	1.071
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.467	1.402
Outras despesas administrativas	2.220	2.065
Total	24.552	21.005

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.301	1.710
Ingressos depósitos intercooperativos(I)	16.308	20.302
Reversão de provisões operacionais	6.266	6.341
Outras rendas operacionais	2.412	2.133
Total	26.287	30.486

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.405	836
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.882	1.326
Contribuição Confederação Sicredi	6.977	6.277
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.523	1.459
Encargos da administração financeira	94	136
Repasso administradora de Cartões	318	313
Outras despesas de Cartões	1.601	1.140
Outras provisões operacionais	6.193	7.007
Outras despesas operacionais	1.839	3.629
Total	22.970	22.254

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	315.448	239.561
Total	315.448	239.561

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreo e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	326.064	253.342
Nível I (NI)	326.064	253.342
Capital principal - CP	326.064	253.342
Capital social	142.864	119.904
Reservas de capital	165.431	124.988
Lucros acumulados	22.409	13.678
Ajustes Prudenciais	(4.640)	(5.229)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.519.007	1.305.750
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.551	821
Margem de Capital (i)	165.018	115.416
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,47%	19,40%
Situação de Imobilização (Imob)	25.679	19.551
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,88%	7,72%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

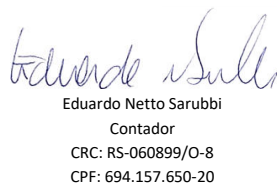
NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.


Carlos Paes Machado
Diretor Executivo
CPF: 304.553.671-91


Jandira Kuhn Esteves
Diretora de Operações
CPF: 460.709.661-04


Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Canarana / MT, 20 de fevereiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

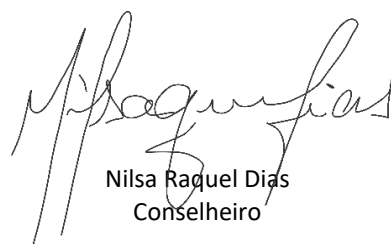
Atenciosamente,



Darci Binotto
Conselheiro



Maristela Moreira
Conselheiro



Nilsa Raquel Dias
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu

Canarana/MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9